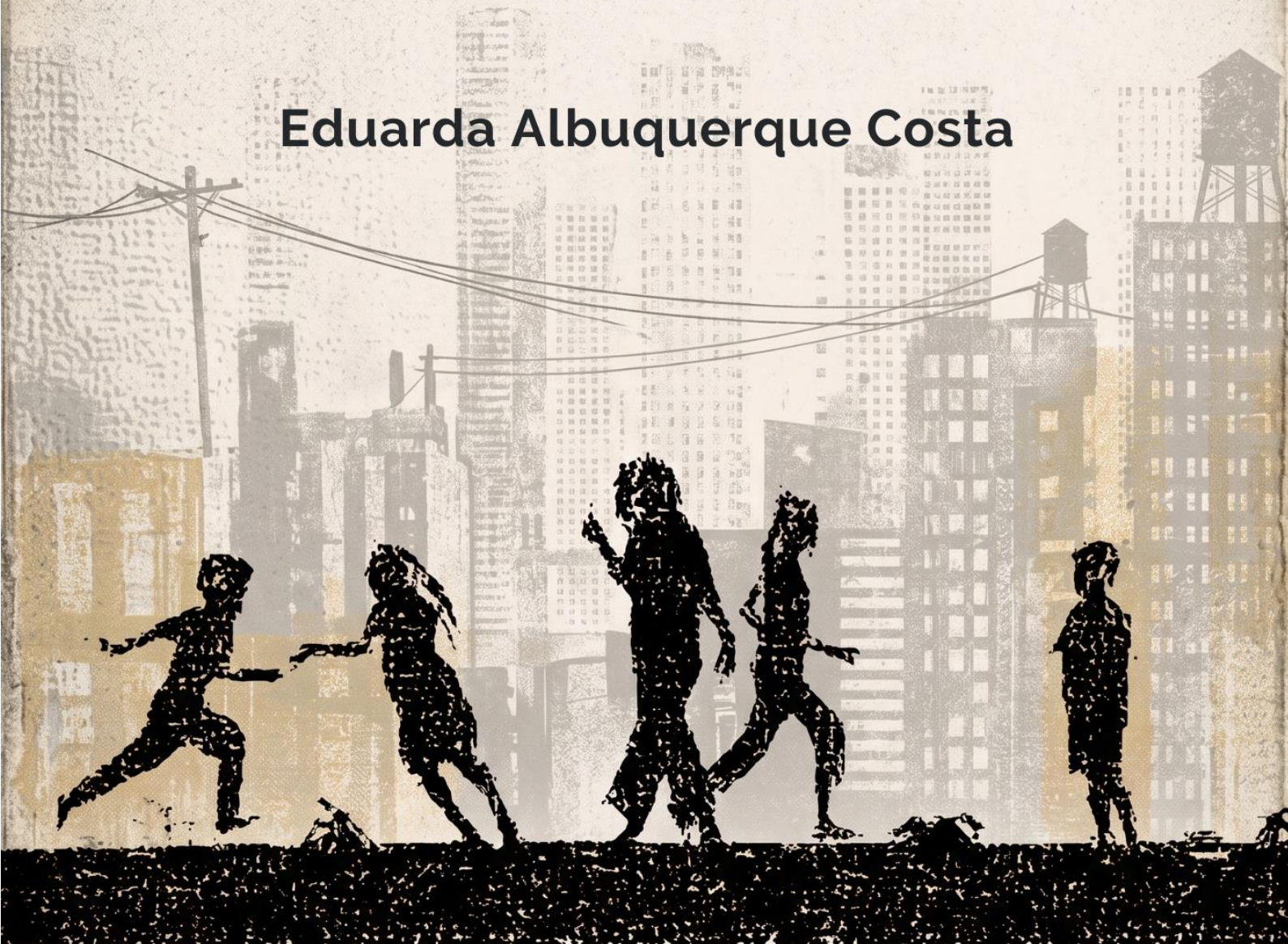


A ALMA DA CIDADE

Eduarda Albuquerque Costa



Onde Estão as Nossas Crianças?

thesis editora
científica

Estudo e Reflexões sobre a Infância Urbana



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2026 A autora

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pela autora

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien. e a autora

Revisão: A autora



Licença Creative Commons

A alma da cidade: Onde estão nossas crianças? da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-65-2

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br



2026

A alma da cidade: Onde estão nossas crianças?

Eduarda Albuquerque Costa
Arquiteta e Urbanista
Mestra em Desenvolvimento Urbano

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliaana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta –
lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário César de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Eduarda Albuquerque

A alma da cidade [livro eletrônico] : onde estão nossas
crianças? : estudos e reflexões sobre a infância urbana /
Eduarda Albuquerque Costa. -- 1. ed. -- Teresina, PI : Thesis
Editora Científica, 2026.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-83199-65-2

1. Cidades 2. Desenvolvimento urbano sustentável 3.
Espaços urbanos 4. Infância 5. Reflexões I. Título.

26-385856.0

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura e urbanismo 720

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

SUMÁRIO

Apresentação: as primeiras reflexões.....	7
Capítulo 1: A construção social do lugar da infância.....	10
Capítulo 2: Muito Além do Parquinho	13
O corpo, a mente e o direito ao espaço urbano.....	13
Capítulo 3: O Que o Espaço nos Diz?	19
O habitar Filosófico	19
A Lente da Infância: O Corpo e a Percepção	20
A Anestesia Sensorial da Cidade Moderna	21
A Urgência de Reencontrar a Alma dos Lugares	22
Capítulo 4: A Virada Global: A Criança como Unidade de Medida.....	24
O Cenário Brasileiro: Marcos Legais e Diretrizes Nacionais.....	26
O Recife e a Chegada do Desafio Urban95	28
A Sombra da Pandemia e a Redescoberta do Espaço Coletivo	30
Da Letra do Plano ao Concreto das Ruas	31
Capítulo 5: O Despertar do Concreto: A Cidade Humana	33
Repensando a Smart City: Da Tecnologia à Empatia.....	34
Devolver as Ruas para a Vida.....	35
Chamado à Ação: O Futuro a 95 Centímetros do Chão	36

Apresentação: as primeiras reflexões.

A vida em um apartamento exige uma curadoria constante e minuciosa do espaço. Cada centímetro é rigorosamente pensado para otimizar a rotina e acolher as necessidades de quem ali habita. A disposição dos móveis calculada para não interromper o fluxo, a iluminação suave incidindo estrategicamente sobre um quadro, a coerência visual das prateleiras do rack, a escolha das texturas — tudo é meticulosamente planejado para que o lar seja um refúgio de harmonia, previsibilidade e segurança. Como arquiteta, trago essa busca incessante pela proporção, pela otimização e pelo bem-estar gravada na minha forma de enxergar o mundo e de projetar a vida. Dentro de nossas casas, o ambiente nos obedece; ele é moldado para nos abrigar das intempéries físicas e emocionais. No entanto, o que acontece quando abrimos a porta de casa e pisamos na calçada?

Convido você a fazer um exercício simples, mas transformador: dobre os joelhos e abaixe-se até ficar a cerca de 95 centímetros do chão. Essa é a altura média de uma criança de três anos. Desse ponto de vista, o que você vê? Provavelmente, a sua visão será bloqueada por canos de descarga fumacentos, muros altos de concreto sem vida, lixeiras transbordando e buracos nas calçadas que parecem crateras intransponíveis. Para uma criança pequena, a cidade moderna não é um lugar de descobertas estimulantes; é um labirinto de obstáculos assustadores.

O espaço urbano fala conosco o tempo todo. O design das nossas ruas atua como uma linguagem silenciosa, mas a mensagem que os centros urbanos transmitem para as famílias raramente se assemelha a uma condição amistosa. Quando uma via não oferece o mínimo de segurança para um pedestre ou uma calçada impede a passagem de um carrinho de bebê, a cidade não está apenas descumprindo parâmetros técnicos de acessibilidade ou ignorando normas. Ela está, na prática, dizendo àquela criança que ela não é bem-vinda ali.

Como arquiteta, a percepção e o desenho do espaço sempre fizeram parte da minha rotina. Projetar a distribuição de um ambiente ou calcular

capacidades técnicas são tarefas fundamentais, mas a verdadeira escala e a hostilidade das nossas cidades só se revelaram de forma crua para mim através da experiência diária. Este livro nasceu de uma inquietação pessoal e de uma pesquisa profunda que desenvolvi no mestrado sobre como o planejamento urbano molda as nossas vidas desde o princípio. Nas páginas a seguir, não apresentarei um manual de regras burocráticas ou jargões acadêmicos, mas sim um convite para olharmos para a alma dos lugares — o que os romanos antigos chamavam de *Genius Loci*.

O *Genius Loci* não é uma abstração mística ou um termo acadêmico intangível; ele é a **alma viva dos lugares**. Imagine que cada esquina, cada praça, cada calçada e cada bairro possuem uma essência própria, uma atmosfera intransferível que brota da união invisível entre a matéria, as texturas, a incidência da luz natural, as cores e a história acumulada daquele território. É exatamente essa atmosfera que alimenta a nossa sensação existencial de pertencer ao mundo, permitindo que a gente crie raízes e se sintam em casa fora dos muros de nossa residência.

Caminhar pelas calçadas em um fim de tarde, acompanhada de perto e de mãos dadas com as crianças, é um exercício diário, exaustivo e profundamente revelador de choque de realidade. Enquanto os olhos, treinados e viciados pelas métricas implacáveis escaneiam instintivamente a inclinação das rampas, os desníveis traiçoeiros, as raízes expostas que estouram o pavimento e os buracos disfarçados no concreto, o ritmo e a percepção dos pequenos são essencialmente outros. Eles não estão minimamente preocupados com a eficiência do trajeto ou com a fluidez do deslocamento. O mundo, para a infância, é um vasto laboratório tátil e visual. As crianças param repentinamente para observar a intrincada nervura de uma folha caída, tentam alcançar com os dedinhos a textura áspera de um muro chapiscado que passaria despercebido, fascinam-se com um animal na esquina e, logo em seguida, assustam-se violentamente com o estrondo repentino de um ônibus freando no asfalto quente.

Nesse compasso fragmentado e desigual, entre tentativas coreografadas de desviar de lixeiras quebradas, fiações expostas e postes mal

posicionados que espremam os pedestres em faixas minúsculas de calçada, uma verdade incômoda grita em silêncio absoluto: a cidade, da forma como a construímos, consolidamos e defendemos ao longo de décadas, simplesmente não foi feita para elas. Nós, adultos produtivos, motorizados e apressados, ditamos as regras, a velocidade, a volumetria e a utilidade estrita do espaço. Essa invisibilidade cruel da infância no cenário urbano contemporâneo não é um mero acidente geográfico, é o reflexo cristalino de uma longa, complexa e muitas vezes cruel construção social. Para entender por que as nossas calçadas soam tão hostis, áridas e ameaçadoras aos pequenos, precisamos voltar no tempo e investigar como a humanidade tem enxergado — ou deliberadamente ignorado — a infância ao longo dos séculos. A cidade de hoje é o retrato petrificado das nossas crenças de ontem.

Capítulo 1: A construção social do lugar da infância.

A própria palavra 'infância' carrega uma pista histórica contundente do nosso comportamento de exclusão. Ela deriva do latim *infantia*, que significa, literalmente, 'aquele que não é capaz de falar'. Historicamente, a sociedade sempre calou a voz da criança, relegando-a a um papel secundário, passivo e periférico. A criança era vista como um projeto imperfeito de humano que só ganharia valor quando atingisse a maturidade adulta. Mas a grande provocação é: será que, mesmo com todo o avanço da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia, não continuamos silenciando a presença viva delas através do cimento, das grades e do asfalto das nossas metrópoles?

Na Antiguidade Clássica, os seres humanos já se organizavam de forma complexa na pólis, a cidade-estado grega, para viver em sociedade, debater política na ágora e prover suas necessidades coletivas. Contudo, ao caminharmos hipoteticamente pelas ruas de pedras da Grécia Antiga, não encontraríamos um espaço lúdico ou uma dimensão afetiva pensada para acolher os anos iniciais da vida. Filósofos basilares como Platão, quando se debruçavam sobre a educação, enxergavam a criança de forma puramente utilitária e prospectiva, como um 'vir a ser'. A infância era, sob essa ótica, uma mera antessala, uma projeção embrionária do cidadão adulto (masculino e livre) que um dia serviria à cidade. Em um mundo governado estritamente pela razão, pela retórica e pela força, não havia lugar para a subjetividade infantil. Elas eram vistas como peças de um quebra-cabeça futuro, ferramentas em potencial para o desenvolvimento da pólis, e não cidadãs do presente com necessidades próprias e imediatas.

Se avançarmos alguns séculos e adentrarmos as vielas da Europa na Idade Média, o cenário urbano muda com suas ruas estreitas, tortuosas e cidades fortemente muradas, mas a infância continua sem um lugar geográfico ou afetivo de pertencimento. O historiador Philippe Ariès, pioneiro absoluto na investigação sobre a história da família, nos revela algo estarrecedor para a nossa mentalidade superprotetora atual: durante a Idade Média, o 'sentimento de infância' simplesmente não existia. Não havia o menor reconhecimento da singularidade daquela fase. Não havia roupas de criança (vestiam réplicas das

roupas adultas), jogos específicos ou espaços de exclusividade infantil. Assim que o período de estrita dependência física da mãe (geralmente marcado pelo desmame) terminava e elas adquiriam o mínimo de autonomia motora, as crianças eram imediatamente lançadas e absorvidas pelas duras engrenagens do mundo dos adultos.

Nessa época, não existia uma separação territorial ou social por idades. Crianças e adultos dividiam indiscriminadamente as mesmas ruas de terra batida, o mesmo trabalho exaustivo, as mesmas festas profanas, as mesmas tabernas e os mesmos perigos fatais. Elas eram tratadas como 'adultos em miniatura', membros genéricos de uma linhagem familiar que precisavam rapidamente se tornar produtivos para garantir a sobrevivência do núcleo. Embora historiadores modernos, como Colin Heywood, alertem que a história não é uma linha reta e que certamente houve nuances, afetos pontuais e variações nesse comportamento ao longo dos séculos e regiões, é inegável que a criança medieval não possuía a aura de proteção especial e a delimitação de espaço que consideramos direitos humanos essenciais hoje.

A grande virada de chave histórica, o lento e sinuoso despertar em que a sociedade ocidental começa a olhar para a criança com uma mistura de afeição, cuidado e singularidade, começa a ganhar força estrutural a partir do final do século XVI e do século XVII. Inicialmente nas classes aristocráticas mais altas, surgiu o que Ariès chamou de 'paparicação' — um sentimento inédito de encantamento com a fragilidade e a dependência dos bebês. A criança, gradativamente, deixava de ser uma força de trabalho descartável para se tornar o centro emocional da família, alvo de mimos e de uma rigorosa disciplina moral.

Contudo, a verdadeira revolução filosófica e pedagógica no conceito de infância ocorreu no chamado século das luzes, o século XVIII. Quando o filósofo Jean-Jacques Rousseau publicou sua célebre, polêmica e transformadora obra “Emílio, ou Da Educação”, em 1762, ele abalou as estruturas da sociedade europeia ao delegar à criança, pela primeira vez de forma contundente e estruturada, um lugar autônomo e digno no mundo. Rousseau defendia apaixonadamente que a infância tinha um valor intrínseco

em si mesma, não apenas como uma etapa preparatória cansativa, mas como uma fase de natureza fundamentalmente boa, pura e ingênua. Para o filósofo, era imperativo respeitar esse tempo e permitir que a criança tivesse liberdade de movimento e um intenso contato direto com a natureza para desenvolver plenamente os seus sentidos, a sua musculatura e o seu intelecto empírico. A partir dali, o discurso sobre a educação e a proteção da infância se fortaleceu enormemente, culminando, já no século XIX, em um movimento massivo de escolarização e higienismo urbano.

No entanto, como arquitetos e urbanistas inseridos no nosso próprio contexto latino-americano, precisamos fazer uma pausa crítica essencial e desviar os olhos dos confortáveis salões parisienses para o chão de terra batida da nossa própria história formadora. Essa visão da infância demorou muito a atravessar o oceano e, quando finalmente atracou na América Latina e no Brasil, encontrou um cenário brutalmente diferente e excludente. Como expõe com crueza a historiadora Mary Del Priore, estudar a infância brasileira no passado colonial e imperial é remontar a um contexto complexo, marcado infinitamente mais pela ausência de referências institucionais, pela exploração e pela violência do que pela proteção.

Durante longos séculos, o período colonial foi pontuado pela escravidão de crianças, pela luta desesperada por sobrevivência nas ruas, pela exploração descarada de mão de obra infantil e pela inexistência quase total de uma preocupação estatal com os menores. Foi apenas com a complexa transição da vida rural para a urbana e a consolidação tardia da família nuclear que o cuidado com a infância começou a ganhar contornos mais semelhantes aos que conhecemos hoje na teoria. Foi apenas no limiar do século XX que a criança conquistou visibilidade mundial definitiva como uma etapa determinante do desenvolvimento físico, cognitivo e psíquico. No decorrer do livro aprofundarei sobre esses aspectos para conseguirmos chegar à reflexões mais profundas sobre o lugar da infância do século XXI.

Capítulo 2: Muito Além do Parquinho

O corpo, a mente e o direito ao espaço urbano

“Ah, a Rua! Só falam de tirar as crianças da rua. Para sempre? Eu sonho com as ruas cheias delas. É perigosa, dizem: Violência, drogas... E nós adultos, quem nos livrará do perigo urbano? De quem eram as ruas? Da polícia e dos bandidos? Vejo por outro ângulo: Um dia devolver a rua às crianças, ou devolver as crianças às ruas; ficariam, ambas, muito alegres.”

Os versos viscerais do poema de Paulo Freire ecoam como uma prece esquecida no meio do caos, da pressa e da aceleração implacável das nossas metrópoles contemporâneas. Quando descemos para caminhar pelas calçadas, tentando guiar o trajeto dos pequenos em meio a uma sinfonia ensurdecadora de buzinas e motores acelerados, a poesia de Freire ganha um peso sufocante. A rua, que historicamente deveria ser o espaço público democrático por excelência — o palco onde a vida social se manifesta em toda a sua pluralidade —, transformou-se em um implacável campo de batalha onde a infância é tratada, no máximo, como uma intrusa tolerada sob rigorosa supervisão.

Vimos como a sociedade, ao longo dos séculos, foi construindo metodicamente a ideia de que a criança precisava ser implacavelmente isolada e protegida das intempéries e dos perigos do mundo exterior. O resultado direto e inevitável dessa equação hiperprotetora foi o confinamento institucionalizado. A partir do século XIX, a escola murada e a residência privada tornaram-se os únicos habitats considerados legítimos e seguros para a infância. A rua, que já havia sido o palco vibrante da socialização, do jogo espontâneo e do encontro intergeracional, foi demonizada e transformada em um mero corredor de passagem, dominado pelo fluxo implacável do tráfego de automóveis e pelo pavor moral coletivo.

Mas a vida humana, em sua complexidade, riqueza e pulsão vital irredutível, jamais se contenta em ficar estritamente presa entre quatro paredes. Diante da necessidade biológica e psicológica evidente de ar puro, luz solar e movimento, o urbanismo moderno precisou criar uma válvula de

escape regulada. Se a rua foi decretada perigosa demais para a livre circulação, a solução adotada foi retalhar a malha urbana e criar reservas ecológicas e lúdicas exclusivas: os parques cercados, as praças muradas e os playgrounds.

À primeira vista, o parquinho cercado aparenta ser a solução perfeita, o oásis inquestionável de paz para os responsáveis. Dentro daquelas grades, sob o piso emborrachado ou a areia lavada, a criança pode correr, cair e gritar sem o risco iminente de ser atropelada. No entanto, convido você a olhar para essa estrutura segregada com uma lente muito mais crítica e aprofundada. Quando cercamos a infância e a colocamos em um espaço com hora marcada para abrir e fechar, preenchido por equipamentos padronizados, o que estamos realmente fazendo na prática?

Estamos criando o que podemos chamar com precisão de 'guetos' da infância. A segmentação radical e a zonificação estrita dos usuários da cidade — onde as crianças ficam isoladas nas creches e parquinhos, os jovens nas universidades, os adultos nos escritórios e os idosos nos asilos — despedaçam por completo o tecido coeso da vida comunitária. O parque fechado transmite uma mensagem subliminar muito poderosa e excludente: a criança só é aceita e bem-vinda ali dentro daquele perímetro vigiado. Fora daquelas grades, no vasto mundo das calçadas, das esquinas comerciais e do fluxo cotidiano, ela passa a ser vista como alguém que precisa ser contido a todo custo.

A brilhante teórica e urbanista Jane Jacobs foi uma das vozes mais contundentes e lúcidas contra essa lógica perniciosa de isolamento. Em seus estudos fundamentais sobre a morte e a vida das grandes cidades, Jacobs defendia com veemência que o uso intenso, espontâneo e cotidiano das calçadas é o verdadeiro motor da segurança orgânica e da educação urbana. Para ela, tirar as crianças da calçada — o lugar onde a vida real e plural acontece — e confiná-las exclusivamente em parques estéreis priva a infância de aprendizados sociais vitais que nenhuma instituição escolar consegue replicar.

Na calçada vibrante, a criança é organicamente incorporada à sociedade em sua escala real. Ela observa a rotina do comércio local, cumprimenta o vizinho, entende a dinâmica complexa do trânsito, percebe a diversidade de comportamentos humanos e, principalmente, assimila o comportamento ético e responsável dos adultos ao seu redor. As crianças aprendem primariamente por imitação e osmose social. Se as privamos dessa convivência pública diária e diversificada, como podemos esperar que, no futuro, elas se tornem cidadãos capazes de zelar pelo espaço comum?

O renomado pedagogo e filósofo Francesco Tonucci é outra figura essencial nessa discussão contemporânea. Ao longo de sua carreira, ele tem se dedicado a questionar de forma implacável a maneira como a cidade moderna exclui os mais jovens de suas decisões fundamentais. Tonucci argumenta de maneira incisiva que as crianças não anseiam por espaços artificiais hiperespecializados; o que elas realmente desejam é a cidade em sua totalidade, com sua complexidade, suas texturas e suas surpresas cotidianas. Ele critica duramente a falsa sensação de segurança que as grades dos parques infantis tentam vender. Para o pensador, confinar as crianças sob a justificativa da proteção absoluta é um equívoco pedagógico que custa caro ao desenvolvimento humano.

De acordo com Tonucci, ao perderem a liberdade de explorar a cidade, as crianças perdem a oportunidade insubstituível de vivenciar a aventura, o risco calculado, a orientação espacial e o confronto com o imprevisível, que são elementos estruturantes da maturação cerebral. Por outro lado, a cidade que perde a presença livre e espontânea de suas crianças perde também a solidariedade, o controle social orgânico e a vitalidade que apenas a infância pode proporcionar. Uma cidade que se torna hostil às crianças acaba, inevitavelmente, tornando-se hostil a todos os seus habitantes.

Mas por que, afinal, a exploração física e livre do espaço urbano é tão visceralmente necessária? Por que não basta aprender sobre o mundo através de recursos educacionais controlados ou dentro dos muros seguros de uma instituição? Para responder a essa indagação com profundidade científica,

precisamos mergulhar na fantástica biologia e psicologia do desenvolvimento infantil.

Os primeiros anos de vida não constituem apenas uma fase linear de crescimento físico; representam o momento mais crucial, delicado e explosivo de toda a formação do cérebro humano. É na primeira infância que construímos a matriz de todas as nossas futuras estruturas emocionais, cognitivas e sociais. Ao nascer, o bebê já possui bilhões de neurônios, mas eles ainda não estão plenamente conectados. As conexões entre esses neurônios — as sinapses — são formadas, ramificadas e fortalecidas a partir dos estímulos ricos e variados que a criança recebe ativamente do ambiente ao seu redor.

A maior parte dessas conexões cerebrais é estabelecida de forma incrivelmente célere nos primeiros anos de vida. O cérebro utiliza o mundo exterior como matéria-prima fundamental. A criança é um organismo vivo que aprende experimentando o real, de modo que o desenvolvimento cognitivo, a linguagem e as capacidades sensoriais atingem o seu ápice de plasticidade nessa fase dourada. Isso significa que o ambiente físico onde a criança cresce e circula atua como um agente ativo na modelagem do seu cérebro. Um ambiente rico, estimulante, diversificado em texturas e acolhedor faz com que as redes neurais se multipliquem com vigor admirável. Em contrapartida, se o ambiente for restrito, monótono, inóspito ou excessivamente limitador, o desenvolvimento potencial pode ser inibido, atrofiando as capacidades adaptativas da infância.

Ademais, a inteligência infantil está profundamente enraizada na corporeidade. Fomos historicamente treinados pelo pensamento cartesiano a separar rigidamente a mente da matéria, enxergando o corpo apenas como um veículo mecânico que transporta o cérebro. Contudo, os maiores pensadores do desenvolvimento humano e da filosofia contemporânea nos demonstram que a realidade é radicalmente diferente.

O filósofo Maurice Merleau-Ponty revolucionou o pensamento ao postular que a nossa percepção primária do mundo é, antes de tudo, uma

experiência essencialmente carnal e encarnada. Nós não somos consciências flutuantes descoladas da matéria; somos 'seres-no-mundo', e só conhecemos a realidade através da totalidade do nosso corpo. A percepção não é um ato passivo de receber informações visuais, mas um entrelaçamento contínuo entre a nossa pele, os nossos músculos, os nossos sentidos e o espaço tridimensional que nos cerca. O movimento e o sentir tátil são os elementos-chaves dessa equação perceptiva.

Aplicando a rigorosa fenomenologia de Merleau-Ponty ao universo infantil, a clareza analítica é imediata. A criança aprende testando ativamente o próprio corpo no espaço. O renomado psicólogo Jean Piaget corrobora essa visão ao demonstrar empiricamente que, nos primeiros anos, a criança se encontra na fase sensório-motora. A inteligência lógica não começa pelo conhecimento abstrato ou formal, mas pela interação física direta entre o sujeito e os objetos do mundo. É agindo sobre o ambiente, manipulando o espaço, testando limites físicos e explorando o meio circundante que a criança constrói as suas estruturas fundamentais de pensamento.

Lev Vygotsky adiciona a essa base a dimensão sociocultural inegociável. Para ele, o cérebro humano é profundamente moldado pelas interações sociais e culturais mediadas. A criança se apropria do mundo através da mediação com o outro e com o espaço construído. O espaço público da cidade é, por excelência, o maior repositório vivo de cultura, história e trocas de uma sociedade. Ao negar o acesso rotineiro, seguro e autônomo da criança a esses territórios públicos, geramos uma privação severa em seu processo pleno de humanização.

A esse cenário junta-se a contribuição essencial de Henri Wallon, que destacou com maestria o papel central da afetividade no desenvolvimento global. Wallon argumentou que a emoção é o elo primordial e inquebrável entre o indivíduo em formação e a sociedade. O espaço urbano não é neutro ou estéril; ele provoca sensações, reações e sentimentos intensos, e a estruturação do 'eu' corporal da criança depende diretamente dessa relação sensível com o mundo exterior. Quando a cidade ignora a infância, esse vínculo afetivo vital é rompido com graves prejuízos emocionais.

Essa constatação nos remete diretamente aos conceitos profundos de espaço e lugar trazidos por Yi-Fu Tuan. Para que o espaço geográfico se transforme em um 'lugar' dotado de sentido, ele precisa proporcionar segurança física, mas também acolher incondicionalmente a liberdade de expressão. Os órgãos sensoriais, aliados às vivências cotidianas, permitem que o ser humano construa memórias duradouras e sentimentos profundos pelas qualidades espaciais. Como complementa Aracy Amaral e demais teóricos da área, o espaço físico é o elemento material primordial através do qual experimentamos o calor do sol, o som do bairro, as cores da arquitetura e a alegria da descoberta.

Infelizmente, a experiência urbana para a imensa maioria das crianças nas metrópoles contemporâneas tornou-se profundamente fragmentada, acelerada e distante. As imagens da cidade passam rapidamente pelas janelas blindadas dos veículos, sem que a criança tenha a menor chance de se deter nos detalhes, de tocar as superfícies, de sentir os cheiros ou de explorar ativamente. Essa desconexão corporal, tátil e afetiva empobrece severamente a capacidade infantil de simbolizar, interpretar e habitar o mundo com autonomia. O sociólogo William Corsaro nos recorda que as crianças produzem cultura ativamente a partir de suas interações cotidianas com os pares. Sem a vivência ampla e livre da cidade, essa produção cultural rica perde o seu palco principal.

Portanto, repensar estruturalmente as nossas metrópoles não se trata de construir mais alguns parquinhos cercados e isolados. Trata-se de redesenhar corajosamente o tecido urbano cotidiano para que a calçada volte a ser, em sua plenitude, um espaço democrático de pertencimento, de vida comunitária e de aprendizado vivo. Somente quando conseguirmos integrar a criança de volta ao fluxo orgânico e seguro das ruas é que poderemos, com justiça, afirmar que nossas cidades possuem um espírito autêntico, uma alma acolhedora e um futuro verdadeiramente sustentável.

Capítulo 3: O Que o Espaço nos Diz?

O habitar Filosófico

A filosofia e a vida urbana mantêm uma relação profundamente simbiótica, embora frequentemente marcada por ambiguidades e tensões históricas. Quando nos deparamos com a dureza implacável do concreto, com o fluxo ensurdecido e veloz dos automóveis e com o isolamento sistemático imposto às nossas crianças nas metrópoles contemporâneas, a tentação imediata da gestão pública é buscar soluções puramente técnicas. Acreditamos que a instalação de um novo semáforo, a pintura de uma faixa de pedestres ou a simples ampliação de uma via de tráfego resolverão magicamente os dilemas da mobilidade e do convívio. No entanto, o urbanismo não é, e nunca deveria ser, uma ciência fria de engenharia ou desenho geométrico.

O espaço urbano é, essencialmente, o espelho materializado de como compreendemos a nossa existência, de como nos relacionamos com o outro e de qual é o nosso lugar no mundo. Henri Lefebvre nos lembra que a reflexão existencial se baseia na consciência individual e nas provocações da subjetividade, desafiando-nos a conceber o espaço urbano não como um mero receptáculo vazio, mas como um produto vivo das relações sociais. Aproximar a filosofia da cidade não significa aplicar uma visão abstrata sobre a prática, mas reconhecer que a forma como construímos nossas ruas faz parte do movimento real da vida.

Para transformar de fato a cidade em um ambiente genuinamente acolhedor para a infância, precisamos mergulhar em uma das correntes teóricas mais ricas da arquitetura: a fenomenologia do habitar. É nesse campo que o renomado arquiteto e teórico Christian Norberg-Schulz fundamentou suas proposições mais brilhantes, resgatando um conceito milenar para repensarmos a nossa permanência no mundo: o *Genius Loci*.

A expressão *Genius Loci* tem origens profundas na mitologia da Roma Antiga. Para os romanos, tratava-se de uma entidade sagrada, um espírito guardião cuja função primordial era proteger e dar identidade a um

determinado local. Havia a crença coletiva de que cada ser e cada espaço possuíam o seu próprio *genius* — uma essência invisível que determinava o seu caráter, acompanhando-os desde o nascimento até a dissolução. Embora os deuses da antiguidade tenham saído de cena, a realidade do *Genius Loci* manteve-se obstinadamente viva ao longo da história, infiltrando-se tanto na alta arte quanto na vida cotidiana e na arquitetura vernacular.

Christian Norberg-Schulz resgatou esse termo clássico e o transformou em uma ferramenta conceitual indispensável para a arquitetura moderna. Ele interpretou o *Genius Loci* como a realidade concreta que devemos assumir na vida diária e nos lugares em que habitamos. Para o autor, cada lugar possui um caráter irreduzível, uma atmosfera intransferível que brota da união entre matéria, forma, textura, luz, cor e história. Essa atmosfera potencializa a sensação existencial do ser humano de ser e estar no mundo.

Na tradição da arquitetura fenomenológica, o espaço não é um vazio geométrico cartesiano, mas uma estrutura que reúne a existência humana e os significados do mundo. Norberg-Schulz argumentava veementemente contra a esterilidade dos projetos anônimos e abstratos que proliferaram na segunda metade do século XX. Para ele, quando nos damos conta de que os conteúdos existenciais exigem interpretações profundas, percebemos que a nossa prioridade absoluta deve ser cuidar do nosso lugar no mundo, em vez de replicar formas padronizadas que ignoram a alma do território.

A Lente da Infância: O Corpo e a Percepção

Quando traduzimos toda essa densidade teórica para o universo da infância, percebemos o tamanho da dívida que as nossas cidades acumularam. Se o *Genius Loci* representa o espírito do lugar que alimenta a sensibilidade, o que as nossas metrópoles hiper tecnológicas estão comunicando às crianças? Com raras exceções, o que entregamos a elas são calçadas fragmentadas, praças de concreto cinzento e um horizonte bloqueado por grades e veículos.

Para que uma criança possa acessar e absorver o *Genius Loci*, ela precisa, antes de tudo, exercitar a sua corporeidade. O corpo é o instrumento fundamental da nossa existência. Como nos ensina magistralmente Maurice Merleau-Ponty em sua *Fenomenologia da Percepção*, o corpo não é um mero objeto mecânico ou um amontoado passivo de órgãos receptores de estímulos externos; o corpo é a nossa própria abertura para o mundo. É através do sujeito encarnado — aquele que olha, toca, pula, sente o vento e se desequilibra — que o espaço se torna expressivo e simbólico.

A infância é, por excelência, a idade da corporeidade plena. A criança se relaciona com o lugar antes mesmo de conseguir racionalizá-lo intelectualmente. A primeira e mais imediata experiência de vida se dá por vias puramente sensitivas, onde a sensibilidade antecede a razão. É pisando na terra, tropeçando em uma raiz, sentindo o calor do asfalto ou o frescor da sombra de uma árvore que a criança entende, fisicamente, o que significa ocupar um espaço

A Anestesia Sensorial da Cidade Moderna

Apesar dessa necessidade visceral de exploração corporal, a civilização contemporânea tem imposto um processo contínuo e alarmante de supressão dos sentidos. O arquiteto Juhani Pallasmaa, ao analisar a cultura ocidental moderna, denuncia o que chama de 'hegemonia da visão'. Para ele, a arquitetura contemporânea tornou-se excessivamente ocularcêntrica, priorizando a imagem visual limpa, bidimensional e estática em detrimento dos outros sentidos.

As cidades são projetadas para serem consumidas rapidamente através do para-brisa dos automóveis ou pelas telas brilhantes dos smartphones. O tato, o olfato, a audição e a cinestesia — sentidos vitais para a compreensão do espaço — foram relegados a segundo plano. Para as crianças, que habitam o mundo com uma plasticidade sensorial avassaladora, essa anestesia urbana coletiva é uma verdadeira tragédia ambiental e psicológica.

Nos primeiros anos de vida, o cérebro humano passa por sua fase de maior expansão sináptica. Cerca de 90% das conexões cerebrais são

formadas até os seis anos de idade, alimentadas diretamente pelos estímulos do ambiente externo. Como demonstram os estudos de Lev Vygotsky e Jean Piaget, o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança está indissociavelmente ligado à sua interação ativa com o meio físico e social. Quando confinamos a criança em ambientes estéreis, privados de texturas naturais, de cheiros variados e de desafios espaciais orgânicos, estamos empobrecendo a forja de sua inteligência e de sua sensibilidade. Nesse ponto da reflexão, é fundamental resgatar a distinção clássica proposta pelo geógrafo Yi-Fu Tuan entre 'espaço' e 'lugar'. Para Tuan, o espaço é a liberdade, a abertura, o desconhecido que nos convida ao movimento; o lugar, por sua vez, é a segurança, a intimidade e a identidade construída através da experiência. Nós desejamos o espaço, mas precisamos desesperadamente do lugar para nos sentirmos seguros.

A experiência humana, argumenta Tuan, é composta por uma intrincada teia de sentimentos e pensamentos. Os órgãos sensoriais permitem que a criança desenvolva um apego emocional profundo pelas qualidades espaciais do seu entorno. A criança começa pequena, habitando um mundo confuso e restrito, e vai expandindo sua visão de mundo à medida que interage com as estruturas de sua comunidade. Quando a cidade falha em oferecer esse acolhimento — quando as calçadas são hostis e a rua é sinônimo de perigo iminente —, a transição do espaço abstrato para o lugar afetivo é interrompida. A criança deixa de ver a sua vizinhança como um território de exploração e passa a encará-la como um ambiente estranho e ameaçador. O senso de pertencimento se dissolve, gerando cidadãos desarraigados que não reconhecem vínculos com o solo que pisam.

A Urgência de Reencontrar a Alma dos Lugares

Falar sobre o Genius Loci aplicado à infância, portanto, não é um mero exercício de erudição acadêmica ou um devaneio romântico descolado da realidade. Trata-se de uma urgência imperativa para o planejamento urbano do século XXI. Como bem pontua Norberg-Schulz, as condições socioeconômicas e a infraestrutura material funcionam apenas como uma moldura; elas oferecem os limites físicos para a vida acontecer, mas não

determinam os seus significados existenciais. Os verdadeiros significados do habitar brotam da qualidade das relações que estabelecemos com o nosso entorno.

Se quisermos superar a crise de sentido que sufoca as nossas metrópoles, teremos que abandonar a arrogância dos projetos anônimos e padronizados. Precisamos reaprender a olhar para a cidade a partir da escala, da sensibilidade e da necessidade existencial das nossas crianças. Resgatar o espírito do lugar para a infância significa permitir que o concreto frio dê lugar a texturas acolhedoras, que o tráfego violento abra espaço para calçadas vivas e que o isolamento dos parquinhos cercados seja substituído pela liberdade de explorar a comunidade inteira. Ao devolvermos às crianças o direito de experimentar plenamente o Genius Loci de seus bairros, não estaremos apenas garantindo um desenvolvimento cerebral mais saudável e equilibrado para elas; estaremos, em última análise, curando a alma e recuperando a humanidade das nossas próprias cidades.

Capítulo 4: A Virada Global: A Criança como Unidade de Medida

Até aqui, caminhamos por densas reflexões filosóficas, históricas e fenomenológicas, compreendendo com clareza que a exclusão sistemática da infância nas cidades contemporâneas não constitui um mero acaso geográfico, mas o subproduto estrutural de um modelo urbano hegemônico centrado cegamente na velocidade, na eficiência logística e no automóvel individual. Contudo, a constatação teórica do problema exige inexoravelmente que avancemos para o campo prático da práxis: afinal, como transformar essa realidade excludente na escala concreta dos municípios? Como fazer com que os conceitos abstratos de pertencimento comunitário e *Genius Loci* ganhem carne, cimento, cor e vida na gestão pública cotidiana?

A resposta a essa pergunta fundamental começou a ser desenhada de forma mais contundente no final do século XX, quando o mundo civilizado se deu conta de que o bem-estar físico e social da infância representava o maior, mais confiável e sensível indicador de sustentabilidade, civilidade e saúde de uma sociedade. O mundo civilizado, assustado com as atrocidades inomináveis das guerras mundiais, começou a criar redes supranacionais de proteção. Em 1946, erguendo-se sobre as cinzas do conflito global, nasceu a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), inicialmente para socorrer as crianças afetadas na Europa e Ásia, e que logo se tornaria o maior farol na defesa desse público. Pouco depois, em 1959, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, seguida, trinta anos depois, pela histórica Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989 — o tratado de direitos humanos mais aceito de todos os tempos.

O marco divisor histórico dessa virada global foi a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), firmada solenemente em 1989. Pela primeira vez na história global, os países signatários assumiram o compromisso legal, ético e moral irrevogável de que a criança não era propriedade privada da família ou um mero 'adulto em miniatura' em estágio de desenvolvimento passivo, mas um sujeito pleno de direitos inalienáveis, com demandas territoriais, espaciais e sociais específicas que precisavam ser ativamente resguardadas pelo Estado.

Nesse embalo transformador e internacional, a UNICEF lançou em 1996 a célebre iniciativa global 'Cidades Amigas da Infância' (Child Friendly Cities Initiative). A própria UNICEF, entendendo que garantir vacina e escola não era suficiente se o ambiente físico em si fosse uma ameaça letal, lançou essa iniciativa. O programa desafiou prefeitos, gestores públicos e urbanistas de todo o planeta a olharem criticamente para a malha urbana sob a perspectiva direta dos menores. A premissa central dessa iniciativa era simultaneamente simples e devastadora: uma cidade que não oferece condições seguras, limpas, estimulantes e acolhedoras para uma criança circular e brincar livremente de forma autônoma é, por definição, uma cidade disfuncional, hostil e ineficiente para absolutamente todos os seus habitantes, sejam eles idosos, jovens, trabalhadores ou pessoas com mobilidade reduzida.

Dentro desse vasto ecossistema de mobilização global, a figura incansável do pensador, cartunista e pedagogo italiano Francesco Tonucci ganhou um protagonismo incontestável e inspirador. Criador do revolucionário projeto 'A Cidade das Crianças', desenvolvido inicialmente na cidade italiana de Fano e posteriormente replicado em centenas de municípios ao redor do globo, Tonucci propôs uma inversão radical e necessária na engenharia do planejamento urbano tradicional.

Enquanto a cartilha modernista do século XX projetava a cidade prioritariamente a partir da ótica utilitarista do cidadão produtivo — adulto, motorizado, saudável e economicamente ativo —, Tonucci argumentou com extrema lucidez que deveríamos usar a criança como o parâmetro principal, o crivo supremo de validação de qualquer projeto urbano. Se uma calçada, uma travessia de pedestres, uma praça ou uma rota de transporte forem seguras, estimulantes e acessíveis o suficiente para uma criança de apenas seis anos de idade andar sozinha, então elas serão excelentes, funcionais e seguras para idosos, pessoas com mobilidade reduzida, ciclistas e para o cidadão comum.

Tonucci aponta implacavelmente que a degradação, a apatia e a violência crescente das metrópoles contemporâneas são subprodutos diretos e inevitáveis da expulsão deliberada das crianças das ruas. Quando

abandonamos os espaços públicos e criamos redomas de isolamento, entregamos o território urbano ao abandono, à desconfiança e à insegurança. Para reverter esse ciclo pernicioso, o educador italiano defende com firmeza que as administrações públicas precisam devolver corajosamente a autonomia de ir e vir aos pequenos, criando as chamadas 'Ruas das Brincadeiras', estruturando rotas escolares autônomas e garantindo que a escuta atenta da infância seja ouvida de verdade nos conselhos municipais e nas decisões de governo.

O Cenário Brasileiro: Marcos Legais e Diretrizes Nacionais

Essas diretrizes internacionais de vanguarda não demoraram a ecoar com força no Brasil. Impulsionadas pelo espírito democrático da Constituição Cidadã de 1988 e pelo marco civilizatório do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, as políticas públicas voltadas para a proteção integral da primeira infância ganharam arcabouços legais e institucionais cada vez mais robustos nas últimas décadas. Pela primeira vez na história recente, a lei deixava de usar termos meramente assistencialistas e punitivos, como 'amparar' menores infratores, e passava a enxergar toda criança como um Sujeito de Direitos Inalienáveis, exigindo do Estado, da família e da sociedade a prioridade absoluta na sua proteção e no seu bem-estar.

Em 2010, o país celebrou a criação histórica do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), um documento orientador de longo prazo que estabeleceu metas intersetoriais fundamentais para garantir saúde, educação de qualidade, proteção social e espaços públicos adequados desde o nascimento. Mas o grande salto legislativo de projeção internacional ocorreu em março de 2016, com a sanção da Lei nº 13.257/2016, amplamente conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância.

O Marco Legal representou uma verdadeira revolução conceitual e prática no ordenamento jurídico brasileiro. Ele determinou expressamente que a infância deve ser prioridade absoluta nas políticas públicas municipais, exigindo juridicamente que os planos diretores das cidades considerem obrigatoriamente a criação e preservação de áreas verdes acessíveis, a garantia de calçadas desobstruídas para carrinhos de bebê, a proximidade

física de equipamentos de lazer das moradias e a participação efetiva e consultiva das famílias e das próprias crianças nos processos de tomada de decisão do planejamento urbano municipal.

Mas enquanto as leis mais avançadas eram redigidas nos gabinetes e nos parlamentos, o que acontecia do lado de fora das janelas de vidro? O que acontecia com o espaço de fato, com a geometria das ruas e com a qualidade do ar? É exatamente aqui que esbarramos no grande e trágico paradoxo da urbanidade contemporânea. Compreendemos teoricamente a beleza e a importância vital da infância, mas o desenvolvimento acelerado das nossas cidades tomou um rumo diametralmente oposto e ferozmente excludente. O crescimento desenfreado da era industrial e pós-industrial priorizou quase que exclusivamente a produtividade econômica, a eficiência logística e, acima de qualquer outra coisa, o fluxo do automóvel individual.

O aumento vertiginoso do trânsito, da poluição do ar e do ruído ensurdecedor fez com que a sociedade abraçasse o medo como única bússola de planejamento urbano. Acreditamos, equivocadamente, que a única forma de proteger nossos filhos dos perigos iminentes da cidade que nós mesmos enlouquecemos era retirá-los dela. Institucionalizamos a infância. Hoje, o percurso geográfico de uma criança média nas grandes capitais se resume a um roteiro engessado: transitar do ambiente privado da casa para o ambiente fechado e controlado da escola. Para o lazer, oferecemos o ar-condicionado dos shoppings centers, os playgrounds cercados dos condomínios ou os clubes privados. A calçada vibrante e imprevisível, que a magistral teórica urbana Jane Jacobs defendia apaixonadamente como o grande e insubstituível palco da vitalidade urbana — onde as crianças aprendem por osmose as regras não ditas da convivência, observam os adultos e sentem a pulsação real do bairro —, foi completamente esvaziada e abandonada.

Essa privatização moderna da infância oculta um dano existencial profundo na condição social da criança. Ao confiná-las em redomas, limitamos drasticamente o seu 'espaço existencial'. A arquitetura e o urbanismo, que segundo a densa fenomenologia de Christian Norberg-Schulz deveriam ter o nobre propósito de permitir que o homem 'habite' a Terra, finque raízes e crie

vínculos afetivos com o lugar, falharam miseravelmente com a infância. Habitar não é apenas ter um teto sobre a cabeça para se esconder da chuva; é apropriar-se do espaço coletivo, é dotar o ambiente exterior de significados através das vivências diárias.

E as vivências da criança são, em sua essência mais pura, sensoriais, musculares e corporais. Os maiores teóricos do desenvolvimento humano, como Jean Piaget e Lev Vygotsky, e os brilhantes filósofos da percepção, como Maurice Merleau-Ponty, convergem em um ponto fundamental: nós não somos mentes brilhantes e separadas flutuando passivamente pelo mundo. Nós somos encarnados, somos 'seres-no-mundo'. A inteligência, as emoções, a empatia e a subjetividade de uma criança não se desenvolvem no vácuo de uma tela digital; elas são forjadas na interação física, tátil e afetiva com a tridimensionalidade do ambiente ao seu redor. É tocando a superfície de um muro, sentindo a textura do chão sob os sapatos, medindo as próprias pernas para saltar uma poça d'água e ouvindo os sons caóticos da rua que a criança se constitui como indivíduo, ganha autonomia e compreende as engrenagens da sociedade. Quando a cidade as rejeita, estamos ativamente podando o desenvolvimento de sua corporeidade e extirpando a sua capacidade inata de sentir pertencimento comunitário.

O Recife e a Chegada do Desafio Urban95

É exatamente nesse contexto inspirador de efervescência regulatória, debate acadêmico e urgência prática que a cidade do Recife inscreveu com destaque o seu nome na vanguarda do urbanismo voltado para a infância no cenário nacional. Capital de contrastes profundos e fascinantes, marcada por rios sinuosos, pontes históricas, desigualdades socioeconômicas estruturais acumuladas ao longo dos séculos e uma densidade de tráfego rodoviário sufocante, Recife assumiu o compromisso político corajoso de repensar e redesenhar o seu território a partir da menor escala possível.

Um catalisador institucional fundamental para essa transformação audaciosa foi a parceria estratégica estabelecida com a renomada Fundação Bernard van Leer através do ambicioso projeto internacional Urban95. O nome do projeto carrega em si uma premissa poética, métrica e irrefutável: se você

pudesse projetar a cidade inteira a partir da altura exata do olhar de uma criança de três anos — o que equivale precisamente a 95 centímetros do chão —, o que você mudaria urgentemente na nossa infraestrutura urbana? O projeto passou a assessorar técnica e permanentemente a Prefeitura do Recife para integrar essa lente inovadora em secretarias municipais que iam muito além das tradicionais pastas de educação e saúde, alcançando de forma transversal o transporte público, o planejamento urbano, o desenvolvimento social, o meio ambiente e o licenciamento de obras.

O ápice institucional desse esforço coletivo, intersetorial e participativo materializou-se no final do ano de 2020 com a publicação oficial do Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife (PMPI). É fundamental analisar este documento histórico não como um relatório burocrático empoeirado guardado nas gavetas da administração municipal, mas como um mapa vivo de intenções políticas, um pacto ético e um termômetro rigoroso do que a cidade aspira estruturalmente ser para as suas novas gerações de cidadãos.

O PMPI recifense estruturou-se de forma exemplar e intersetorial, dedicando eixos inteiros e estratégicos ao 'Direito ao Espaço Urbano'. O documento reconhece formalmente e sem hesitações que o ambiente físico construído não é neutro; pelo contrário, ele atua diretamente na modelagem do desenvolvimento cognitivo, emocional e motor da criança. Entre as diretrizes mais audaciosas, inovadoras e transformadoras do plano municipal, destacam-se com clareza:

1. Adequação e Alargamento de Calçadas e Rotas Escolares Seguras: O compromisso inegociável de requalificar integralmente o piso das calçadas, eliminar barreiras arquitetônicas severas, nivelar desníveis perigosos e garantir iluminação pública adequada nos trajetos urbanos que conectam as residências às escolas e creches da rede municipal.
2. Sinalização Lúdica, Sensorial e Pedagógica: A introdução criativa de elementos visuais, táteis e gráficos posicionados estrategicamente na altura dos olhos das crianças nas ruas, auxiliando-as a reconhecer, decodificar e mapear afetivamente o seu próprio território comunitário.

3. Expansão Qualitativa de Áreas Verdes e Praças nas ZEIS: A priorização absoluta da requalificação urbanística, paisagística e ambiental em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), buscando democratizar com justiça o acesso a espaços públicos de lazer qualificado, arborizado e seguro nas comunidades mais vulneráveis e historicamente marginalizadas da cidade.

A Sombra da Pandemia e a Redescoberta do Espaço Coletivo

Há um detalhe histórico fascinante, melancólico e profundamente dramático na gestação e finalização do PMPI do Recife: a sua fase final de consolidação técnica, debates públicos e consulta social coincidiu exatamente com a irrupção repentina da pandemia global de COVID-19, no início de 2020. No início de 2020, o mundo inteiro simplesmente parou. Subitamente, fomos todos nós, adultos, forçados a experimentar, na nossa própria pele e sanidade mental, o rigoroso enclausuramento que já vínhamos impondo silenciosamente às nossas crianças ao longo de décadas.

Enquanto o mundo inteiro se fechava abruptamente em quarentenas domiciliares rigorosas e os moradores se viam confinados entre quatro paredes, a sociedade recifense — em consonância com o panorama global — vivenciou na própria pele, na própria carne e na própria saúde mental o drama crônico e sufocante que já vínhamos impondo silenciosamente às nossas crianças há décadas: a privação absoluta do espaço público de convivência. A falta lancinante de ar livre, a impossibilidade absoluta de caminhar em uma praça pública, a ausência do vento natural no rosto e o distanciamento físico forçado fizeram com que o mundo adulto compreendesse, de maneira dolorosa, visceral e definitiva, o valor imensurável, terapêutico e insubstituível da rua, da praça arborizada e do convívio comunitário irrestrito. Trancados dentro dos nossos apartamentos — por mais organizados, curados e confortáveis que fossem —, sentindo a falta angustiante de um céu aberto, do vento natural no rosto, da vitamina D ou do simples e banal ato de caminhar no calçadão, o mundo adulto parece ter, finalmente, compreendido o valor imensurável, terapêutico e vital do espaço comunitário ao ar livre.

Nesse cenário complexo de reabertura gradual e busca por respiro urbano, iniciativas públicas exitosas como o programa municipal 'Lazer na Rua'

— que restringe com inteligência a circulação de veículos motorizados em vias estratégicas e de alta densidade nos finais de semana — ganharam um fôlego inédito e uma adesão popular impressionante. Ver as ruas e avenidas de diversos bairros da cidade sendo ocupadas organicamente por bicicletas, carrinhos de bebê, crianças correndo livres e famílias conversando descontraidamente sem o pavor constante do atropelamento provou cabalmente que uma profunda mudança de mentalidade urbana é perfeitamente possível quando a vontade política firme encontra o desejo reprimido e legítimo da população.

Da Letra do Plano ao Concreto das Ruas

O Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife e a inserção corajosa da cidade na prestigiada rede internacional Urban95 representam vitórias simbólicas, institucionais e técnicas de imensa e inegável relevância para o urbanismo brasileiro. No entanto, o abismo histórico entre a nobreza conceitual das diretrizes impressas em um documento oficial de governo e a dureza cotidiana do asfalto esburacado ainda precisa ser vencido com trabalho árduo e contínuo no dia a dia.

De nada adianta termos metas vanguardistas e discursos brilhantes se, ao sairmos de casa em uma caminhada rotineira com nossas filhas e filhos, continuarmos tropeçando em calçadas destruídas, desviando de automóveis estacionados irregularmente sobre o passeio público e encontrando praças municipais abandonadas, escuras e sem nenhuma manutenção básica. A verdadeira transformação urbana só acontece de fato quando o planejamento municipal deixa de enxergar a criança friamente apenas como um dado estatístico impessoal de censo demográfico e passa a tratá-la com respeito e prioridade absoluta como o verdadeiro termômetro vivo da vitalidade, da justiça e da humanidade da cidade.

A grande e inescapável provocação que este livro pretende fazer a partir de agora é: será que as belas e ambiciosas promessas impressas nesses documentos técnicos e marcos legais são suficientes para, na prática, devolver a alma da cidade às nossas filhas, filhos e a nós mesmos? Será que as engessadas políticas públicas de infraestrutura conseguem alcançar e tocar a

profundidade subjetiva do “Genius Loci”, transformando concretamente calçadas esburacadas e ruas inóspitas em verdadeiros territórios de afeto, pertencimento, memória e cidadania plena?

O Recife possui hoje a oportunidade histórica e inadiável de liderar pelo exemplo inspirador em todo o Nordeste brasileiro e no país, provando cabalmente que é perfeitamente possível unir a complexidade e a densidade de uma grande metrópole contemporânea à poesia inestimável de uma infância livre, segura e feliz nas ruas. Para responder a essas questões fundamentais e alcançarmos plenamente esse futuro desejado, precisaremos realizar um exercício de empatia radical. Precisaremos mergulhar fundo na forma única como as crianças enxergam, decodificam e sentem o espaço ao seu redor. Teremos que abandonar a frieza aritmética dos mapas urbanísticos vistos de cima, dobrar os nossos joelhos e resgatar a capacidade primordial de nos maravilhar, nos assustar e, sobretudo, projetar a cidade, exatamente a 95 centímetros do chão. Precisamos garantir com rigor técnico e paixão cívica que cada canteiro verde plantado, cada calçada alargada e cada praça revitalizada traga de volta, com força total e definitiva, o espírito vivo, acolhedor e transformador do Genius Loci.

Capítulo 5: O Despertar do Concreto: A Cidade Humana

Chegamos finalmente ao capítulo derrumbral e conclusivo desta profunda jornada teórica, histórica e prática pelas entranhas complexas da cidade contemporânea e pelos olhos transformadores da infância. Ao longo dos capítulos anteriores, desconstruímos metodicamente a perigosa ilusão de que o espaço urbano construído é neutro, investigamos com rigor a pesada herança histórica do confinamento infantil, mergulhamos na rica fenomenologia do habitar através do conceito milenar do *Genius Loci* e analisamos minuciosamente os instrumentos normativos, legais e práticos que tentam corajosamente redesenhar o nosso território coletivo, a exemplo inspirador do Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife. Mas o que efetivamente resta de toda essa densidade conceitual quando fechamos a capa deste livro, saímos da segurança de nossas escrivatinhas e abrimos novamente a porta de casa para encarar o mundo real?

A resposta mais honesta, direta e urgente é que a verdadeira transformação estrutural da cidade não exige obras faraônicas megalomaniacas, orçamentos públicos inacessíveis ou a promessa vazia de planos futuristas baseados em distopias tecnológicas corporativas. O redesenho profundo de uma cidade genuinamente acolhedora começa invariavelmente na escala íntima do detalhe, na sutileza renovada do cotidiano. A natureza viva, por exemplo, não demanda jamais que coloquemos nossos filhos no carro e enfrentemos horas estressantes de engarrafamento em busca de uma floresta intocada distante ou de um parque nacional isolado. O contato direto e diário com elementos naturais — absolutamente vitais para o pleno desenvolvimento motor, psicológico, neurológico e sensorial da criança — pode, e deve, acontecer na calçada da nossa própria rua.

Basta a presença generosa e cuidada de uma árvore frondosa e nativa que projete uma sombra fresca sobre o asfalto superaquecido, a criação planejada de um canteiro verde exuberante bem no meio do trajeto rotineiro para a padaria do bairro, ou a escuta sensível do som da água correndo em um canal urbano revitalizado para que o cérebro infantil desperte instantaneamente o seu mais puro senso de maravilhamento e curiosidade. A

criança possui uma capacidade poética, lúdica e intuitiva absolutamente extraordinária: ela consegue extrair magia, mistério, aprendizado e poesia de micro fragmentos da realidade física que nós, adultos cinzentos, blindados e eternamente apressados, já aprendemos há muito tempo a ignorar. Tudo o que ela precisa para florescer é de permissão social e de segurança urbana básica para interagir ativamente com o mundo.

Repensando a Smart City: Da Tecnologia à Empatia

Vivemos atualmente na era da obsessão cibernética e tecnológica, onde o termo da moda, Smart City (Cidade Inteligente), é repetido exaustivamente como um mantra inquestionável por prefeitos, engenheiros de tráfego, corporações multinacionais e planejadores urbanos. Promete-se entusiasticamente um futuro urbano dominado por inteligência artificial preditiva, sensores de tráfego ultravelozes, semáforos automatizados por algoritmos e milhares de câmeras de reconhecimento facial instaladas em cada poste de iluminação. No entanto, diante dessa euforia digital, precisamos parar imediatamente e fazer a pergunta mais fundamental de todas: de que adianta uma cidade ostentar o rótulo de inteligente se ela continua sendo profundamente estúpida, fria e desumana no trato cotidiano com as pessoas?

Uma cidade que utiliza algoritmos complexos apenas para otimizar o fluxo de veículos motorizados, aumentar a velocidade média do tráfego rodoviário e encurtar em alguns segundos o tempo de deslocamento dos carros particulares de passeio não é, em hipótese alguma, uma cidade inteligente; é apenas cúmplice ativa de uma engrenagem excludente, poluidora e violenta. A verdadeira e autêntica inteligência urbana jamais residirá na frieza dos microchips, mas sim na empatia profunda, na generosidade coletiva e na capacidade institucional de acolher a vida humana em toda a sua admirável vulnerabilidade. Uma Smart City de verdade, portanto, é aquela que prioriza resolutamente a vida, a integridade e a autonomia das crianças, dos idosos, das gestantes e dos pedestres antes de conceder qualquer privilégio à lataria dos automóveis particulares.

Isso exige uma mudança radical, corajosa e inegociável nos paradigmas tradicionais de governança pública. Significa categoricamente que as decisões

cruciais de planejamento urbano não podem mais continuar restritas aos gabinetes fechados e estéreis de tecnocratas engravatados que raramente colocam os pés no chão ou caminham pelas calçadas reais dos bairros populares.

É preciso instituir de maneira permanente e vinculante a escuta ativa, real e participativa da infância. Quando os municípios criam conselhos mirins ativos, consultam sistematicamente as escolas públicas e privadas sobre as barreiras físicas do trajeto diário e abrem canais legítimos para que as crianças desenhem, debatam e expressem os seus próprios desejos e necessidades urbanas, a gestão pública municipal ganha uma lucidez humanizadora, uma precisão técnica e uma sabedoria ética incomparáveis.

Devolver as Ruas para a Vida

É totalmente impossível encerrar esta reflexão teórica e propositiva sem retornar com reverência às palavras premonitórias, incansáveis e profundamente humanas do grande educador Francesco Tonucci. O pensador italiano nos recorda de maneira dolorosa e lúcida uma verdade incontestável: quando as metrópoles modernas expulsam metodicamente as crianças para confiná-las em espaços murados, estéreis e hiperprotegidos, elas não estão apenas prejudicando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos pequenos cidadãos; elas estão decretando formalmente a falência moral, ética e social da própria civilização urbana contemporânea.

Quando as crianças perdem o direito à cidade, elas perdem a oportunidade irrepetível da aventura segura, da exploração autônoma do território, da socialização espontânea e da descoberta pedagógica do risco calculado. E, em contrapartida, quando a cidade perde a presença viva e pulsante das suas crianças, ela perde instantaneamente a solidariedade comunitária, a alegria contagiante, a vigilância orgânica e atenta das calçadas, e a coesão social indispensável à vida coletiva. O silêncio sepulcral das ruas sem crianças é, em última análise, o atestado de óbito da vitalidade pública e democrática.

Torna-se imperativo, de uma vez por todas, quebrar o ciclo paralisante e irracional do medo coletivo que nos aprisiona voluntariamente em fortalezas privadas, condomínios fechados e automóveis blindados. A segurança real, duradoura e genuína de uma vizinhança nunca brotará de muros mais altos, cercas elétricas eletrificadas mais potentes ou garagens monitoradas por câmeras. A verdadeira segurança urbana nasce organicamente do calor humano, da ocupação pacífica, constante e alegre das calçadas, dos olhares atentos, solidários e familiares dos vizinhos, e da presença vibrante, barulhenta e colorida de crianças correndo livremente sob a luz do sol.

Chamado à Ação: O Futuro a 95 Centímetros do Chão

Chegou o momento histórico e inadiável de descer definitivamente do plano abstrato das ideias acadêmicas e encarar com maturidade a nossa responsabilidade direta na construção do mundo. Na qualidade de arquitetos, urbanistas, gestores públicos, pais, mães, educadores e cidadãos conscientes, nós carregamos nas mãos um poder extraordinário — e um dever ético intransigível — de reescrever ativamente o destino das nossas metrópoles. Cada escolha concreta de projeto arquitetônico, cada assinatura de aprovação em um plano diretor municipal, cada cobrança fiscalizatória feita ao poder público e cada atitude cotidiana tomada na calçada em frente à nossa própria casa tem o poder real de erguer barreiras de exclusão ou de estender pontes definitivas de acolhimento.

Quando sairmos de nossas portas amanhã cedo, convido você a repetir intimamente o exercício de empatia radical que transformou por completo o meu próprio olhar profissional e materno: abaixe-se fisicamente até atingir os exatos 95 centímetros de altura do olhar infantil. Olhe com atenção crítica para o meio-fio quebrado e hostil, para a ausência criminosa de rampas acessíveis, para o cinza sufocante, opressor e impermeável do asfalto, e pergunte-se com sinceridade: este é genuinamente o mundo que desejamos legar para quem está começando a dar os seus primeiros passos na vida?

Se a resposta coletiva e íntima para essa pergunta for um rotundo 'não', então o trabalho urgente de reconstrução já começou. Vamos exigir com firmeza política calçadas largas o suficiente para acomodar confortavelmente

um carrinho de bebê e uma criança de mãos dadas; vamos plantar e zelar por árvores frondosas que acolham os pedestres com sombra generosa e ar puro; vamos transformar ruas e avenidas inteiras em espaços seguros de brincadeira livre durante os finais de semana; e, acima de qualquer outra prioridade, vamos devolver coletivamente às nossas crianças a coragem, a autonomia e a alegria de explorar o mundo ao seu redor.

Uma cidade que se torna genuinamente acolhedora para a infância é, por definição lógica e existencial irrefutável, uma cidade plenamente acolhedora para toda a humanidade em sua diversidade. Ao reabrirmos corajosamente as portas físicas e emocionais das nossas casas, ao derrubarmos as grades invisíveis da indiferença social e ao lutarmos inegociável e firmemente por ruas e praças onde a infância possa voltar a florescer em absoluta segurança, não estaremos apenas consertando os gargalos da mobilidade urbana ou cumprindo metas burocráticas de planos diretores decenais. Estaremos realizando, em última análise, o ato mais revolucionário, poético e belo de todos: devolvendo, finalmente, a alma perdida às nossas cidades para as presentes e futuras gerações.

Trata-se da essência, da atmosfera que nos faz pertencer a um espaço e chamá-lo de nosso. Quando entendemos que a infância precisa pertencer à cidade, e não apenas sobreviver a ela, percebemos que ruas desenhadas para acolher crianças acabam se tornando espaços mais inteligentes, gentis e seguros para absolutamente todos nós. Resgatar o Genius Loci para a infância significa devolver a alma às nossas ruas, transformando calçadas inóspitas em territórios vibrantes de afeto, memória e liberdade.



thesis editora
científica

ISBN 978-658319965-2



9

786583

199652